



CMI Int. - Projeto da Lei  
Número. 238/2020  
Data. 08/08

**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**  
**PALÁCIO PADRE MIGUELINHO**  
**Gabinete do Vereador Kleber Fernandes**

Projeto de Lei nº 238/2020


Assunto: "Institui no calendário de Eventos do município de Natal do Dia Municipal da Filantropia e dá outras providências."

**DESPACHO**

Encaminhem-se os autos do Projeto de Lei nº 238/2020 à Procuradoria da Câmara Municipal de Natal para emissão de parecer jurídico.

Palácio Padre Miguelino, 19 de agosto de 2020.

  
**KLEBER FERNANDES**  
Vereador

COMISSOES TECNICAS  
Recebido em, 01/09/2020  




*Câmara Municipal do Natal*

## **PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA**

**REF.: PROJETO DE LEI Nº 238/2020**

**INTERESSADO: VEREADOR ROBSON CARVALHO**

### **PARECER**

**EMENTA: LEI DE INICIATIVA DE VEREADOR. INCLUSÃO NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DO NATAL. DIA MUNICIPAL DA FILANTROPIA. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.**

Trata-se de Projeto de Lei nº 238/2020, de autoria do Vereador Robson Carvalho, que dispõe sobre a inclusão no calendário oficial do Município do Natal do Dia Municipal da Filantropia.

O Projeto de Lei foi para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final que solicitou parecer essa Egrégia Procuradoria Legislativa.

**É o sucinto relatório.**

Segue o nosso entendimento.

A matéria tratada na propositura diz respeito à inclusão no calendário oficial de eventos do Município do Natal do dia Municipal da Filantropia.

A Constituição Federal, em seu artigo 150 demonstra a importância destas Instituições, concedendo até Imunidade Tributária às entidades que **são reconhecidas legalmente como instituições sem fins lucrativos:**



Câmara Municipal de Natal

## PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI - instituir impostos sobre: (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; b) templos de qualquer culto;



400 Anos

Câmara Municipal de Natal

## PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, **das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;**

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

Destarte, se o Estado Brasileiro chega a **conceder Imunidade Tributária** é porque tais instituições prestam relevantes serviços a Sociedade.

Assim, entendemos que a fixação de uma data para a inclusão no calendário oficial de eventos do Município de Natal para as homenagens a Entidades e pessoas que trabalham com Filantropia, **não traz qualquer aspecto de inconstitucionalidade nem ilegalidade.**

Por todo o exposto, somos de **PARECER FAVORÁVEL** à presente propositura pela sua constitucionalidade e legalidade.

É o nosso parecer, salvo melhor Juízo.

Natal, 16 de setembro de 2020.

**ERIBERTO DA COSTA NEVES**  
*Procurador Legislativo Municipal*  
**Matrícula 17590**

COMISSOES TECNICAS  
Recebido em, 16/09/2020